

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dora Girardello Hoff

Entre a volubilidade e o reconhecimento recíproco:
aspectos sociológicos na leitura de Roberto Schwarz das *Memórias Póstumas*

Florianópolis

2022

Dora Girardello Hoff

Entre a volubilidade e o reconhecimento recíproco: aspectos sociológicos na leitura de
Roberto Schwarz das *Memórias Póstumas*

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais
Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hoff, Dora Girardello

Entre a volubilidade e o reconhecimento recíproco :
aspectos sociológicos na leitura de Roberto Schwarz das
Memórias póstumas / Dora Girardello Hoff ; orientador, Luiz
Gustavo da Cunha de Souza, 2022.

53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Reconhecimento. 3.
Volubilidade. 4. Roberto Schwarz. I. Souza, Luiz Gustavo
da Cunha de. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Dora Girardello Hoff

Entre a volubilidade e o reconhecimento recíproco: aspectos sociológicos na leitura de Roberto Schwarz das *Memórias Póstumas*

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais

Florianópolis, 25 de março de 2022.

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Franciele Bete Petry
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jacques Mick
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Para Pat. Minha *grandma* querida que mesmo lá do outro lado da
Linha do Equador está sempre por perto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor Luiz Gustavo da Cunha de Souza, que vem me orientando desde a iniciação científica. Sinto que é um privilégio poder dialogar contigo; aprendo demais com cada e-mail trocado, cada conversa, cada comentário nas margens de documentos do *Word*. Muitíssimo obrigada pela dedicação em sanar minhas dúvidas, por todas as referências que me apresentaste e pelas ideias e sugestões que tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos professores Fabio Mascaro Querido e Franciele Bete Petry pelos comentários valiosos na banca de qualificação do projeto.

Agradeço, também, a todas as professoras e professores do Curso de Ciências Sociais da UFSC com quem convivi nesses quatro anos de graduação; seja na Sociologia, na Antropologia ou na Ciência Política, vocês abriram os caminhos para que eu me apaixonasse um pouco por cada área. Agradeço especialmente aos professores Jacques Mick e Márcia Grisotti, que acompanharam de perto a elaboração deste TCC nas disciplinas de Seminário de Pesquisa.

Agradeço também à professora Miriam Grossi, que me acolheu desde meu primeiro semestre na UFSC. Seja na comissão de tradução da IUAES, no período de prática de pesquisa no NIGS, nas sessões de cinema do Café (Psico)Antropológico e na disciplina de Antropologia e Feminismo, as coisas que aprendi contigo vou levar para a vida toda.

Agradeço imensamente a toda minha família, especialmente aos meus pais, Gilka e Jeff. Por terem sempre me incentivado a seguir meus sonhos. Por serem desde sempre meus primeiros leitores. Por todas as nossas conversas.

Maria, obrigada pela leitura minuciosa do trabalho e por ter compartilhado tantas referências.

Agradeço ao Zé, que foi quem primeiro me apresentou ao Roberto Schwarz. Naquele momento nem poderia imaginar o tanto que ele viria a ser um autor importante para mim.

Catarina, Olivia e Isabel, sobrinhas amadas. Vocês deixam a vida muito mais divertida. Obrigada por acompanharem o processo mesmo enquanto dormiam no meu colo.

Raffael, muito obrigada pelo companheirismo, pelo carinho. Não sei como teria sido a experiência de escrever um TCC durante uma pandemia sem você ali.

Sabrina, obrigada por ter acompanhado tão de perto esse processo e por me ajudar a encontrar as ferramentas que tornaram ele possível.

Amigas Nena, Mari, Carol e Vit, não existem palavras que deem conta de expressar o carinho que sinto por vocês. Obrigada por toda a troca musical nesses últimos anos e por me encorajarem a seguir meu caminho.

Nossa Kahani seria uma Lua de Histórias muito estranha, se aqui a gente não encontrasse por toda parte as coisas que há nos livros de histórias!

Salman Rushdie

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir algumas das implicações da articulação entre os conceitos de volubilidade e reconhecimento recíproco na obra do crítico literário Roberto Schwarz. A partir de reflexões de intelectuais como Georg Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Antonio Candido, tomamos a literatura enquanto um objeto possível de reflexão sociológica, principalmente por meio da chamada forma literária. Nesse sentido, dialogamos com a crítica schwarziana à obra de Machado de Assis, entendendo que ao falar de literatura Roberto Schwarz apresenta ideias e conceitos extremamente pertinentes para a teoria social. Damos destaque à análise feita por Roberto Schwarz da personagem Eugênia das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, visto que ali o crítico reúne os principais elementos de seus comentários a respeito da sociedade brasileira — entre eles o reconhecimento recíproco e a volubilidade. Também realizamos uma revisão da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, procurando identificar pontos de encontro entre as concepções dos dois pensadores, e, também, refletir sobre suas eventuais divergências. Tanto Schwarz quanto Honneth entendem o reconhecimento enquanto um princípio mediador de relações sociais. Por outro lado, ao aproximar volubilidade e reconhecimento, identificamos que este último ganha um caráter específico na obra de Schwarz e na sociedade brasileira, contribuindo para a própria estrutura de dominação de classe.

Palavras-chave: Reconhecimento. Volubilidade. Roberto Schwarz.

ABSTRACT

The purpose of this study is to discuss some of the implications of the articulation between the concepts of volubility and reciprocal recognition in the work of the literary critic Roberto Schwarz. Based on reflections by intellectuals such as Georg Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin, and Antonio Candido, we consider literature as a possible object of sociological investigation, mainly through what is known as literary form. Thus, we dialogue with the Schwarzian criticism of Machado de Assis's work, understanding that as he writes about literature, Schwarz also presents ideas and concepts that are highly pertinent to social theory. We highlight Schwarz's analysis of the character Eugenia from *The Posthumous Memoires of Bras Cubas*, where the main elements of his commentary on Brazilian society are found — such as reciprocal recognition and volubility. We also briefly review Axel Honneth's theory of recognition, attempting to identify similarities between the conceptions of these two thinkers, and reflect on eventual divergences. Both Schwarz and Honneth understand recognition as a principle that mediates social relationships. By approximating volubility and recognition, we find that the latter receives a specific character in Schwarz's work and in Brazilian society that contributes to the structure of class domination.

Keywords: Recognition. Volubility. Roberto Schwarz.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	LITERATURA E SOCIEDADE	16
2.1	SITUANDO UM CAMPO	17
2.2	ROBERTO SCHWARZ TEÓRICO CRÍTICO	23
2.3	FINALMENTE, “AS IDEIAS FORA DO LUGAR”	28
3	EUGÊNIA: VOLUBILIDADE E RECONHECIMENTO	30
3.1	RECONHECIMENTO EM AXEL HONNETH	30
3.2	DAS “IDEIAS FORA DO LUGAR”	33
3.2.1	O arbítrio e a volubilidade das elites	35
3.2.2	Favor e reconhecimento recíproco em Roberto Schwarz	39
3.3	A FLOR DA MOITA	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Schwarz desenvolveu sua formulação utilizando instrumentos tomados emprestados das ciências sociais. Talvez fosse o momento de fazer o movimento inverso, com as ciências sociais passando a fazer uso de ferramentas que foram usadas originalmente pela crítica literária

Bernardo Ricupero

*Por isso que sempre no início
A gente não sabe como começar
Começa porque sem começo
Sem esse pedaço não dá pra avançar*

Luiz Tatit

Roberto Schwarz é alguém que praticamente dispensa apresentações, conhecido sobretudo por seu trabalho crítico da obra de Machado de Assis. As reflexões de Schwarz extrapolam as fronteiras brasileiras, e o pensador é reconhecido internacionalmente como um dos grandes nomes da teoria literária de esquerda — recentemente, por exemplo, o historiador italiano Franco Moretti concluiu um artigo para a consagrada revista *New Left Review* com uma sentença categórica: “ter feito tudo isso é o que torna Roberto Schwarz o maior crítico marxista de nossos tempos” (MORETTI, 2021, p. 97, tradução nossa)¹. O crítico, que foi graduado no curso de Ciências Sociais da USP, tem como um dos grandes feitos de sua trajetória a riqueza das reflexões alcançadas por uma constante articulação entre os estudos da literatura e o universo da vida social brasileira:

a análise imanente da primeira servindo como ângulo privilegiado — e até certo ponto inacessível às abordagens sociológicas e/ou econômicas — para a compreensão das nuances de uma formação nacional caracterizada pela convivência e combinação idiossincrática entre temporalidades históricas diversas, entre elementos “modernos” e “arcaicos” (QUERIDO, 2019a, p. 236).

¹ “*having done all of this is what makes of Roberto Schwarz the greatest Marxist critic of our times*”

É nesse sentido que se situa o presente trabalho de conclusão de curso: entendemos que, ao falar de literatura, Roberto Schwarz apresenta ideias e conceitos extremamente pertinentes para a teoria social — sobretudo aquela dedicada a pensar o Brasil. Tomando como ponto de partida as recentes reflexões de Luiz Gustavo da Cunha de Souza sobre o reconhecimento recíproco no Brasil (SOUZA, 2019, 2021), que encontra no trabalho de Roberto Schwarz um caminho muito frutífero para realizar o debate, surge então a pergunta que nos guia e que envolve dois conceitos importantes articulados pelo crítico: *como se dá a relação entre as ideias de volubilidade e reconhecimento recíproco na obra de Roberto Schwarz?*

Desde os anos 1990, de acordo com Vladimir Safatle, passa a ser possível pensar em uma hegemonia do conceito de reconhecimento dentro do debate filosófico e social, “como operador central para a compreensão da racionalidade das demandas políticas” (SAFATLE, 2013, p. 193). Nesse contexto, o filósofo alemão Axel Honneth, vinculado ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, ganha um papel de destaque: a publicação, em 1992, de seu livro *Luta por Reconhecimento* certamente pode ser considerada um marco na atualização do conceito originalmente discutido por Hegel. Apesar da relevância desse debate em contextos contemporâneos, a ideia de reconhecimento recíproco aparece em textos de Roberto Schwarz bastante anteriores à publicação do livro de Honneth. E o curioso é que, apesar da polissemia intrínseca ao conceito de reconhecimento (SOBOTKA; SAAVEDRA, 2009), Schwarz e Honneth parecem atribuir um significado bastante similar à ideia (SOUZA, 2019). Em ambos os casos, o reconhecimento é entendido enquanto “um princípio implícito de organização das relações práticas” (SOUZA, 2019, p. 150). Nesse sentido se justifica uma aproximação entre Roberto Schwarz e Axel Honneth, buscando não apenas identificar pontos de encontro entre as concepções dos dois pensadores, mas, também, refletir sobre suas possíveis divergências. Na obra do crítico brasileiro, as relações de reconhecimento frequentemente aparecem vinculadas ao favor: uma prática social que envolvia tanto as elites escravistas quanto a população livre e pobre, e que servia de mecanismo de reprodução desta última classe (SCHWARZ, 2012a). A relação entre favor e reconhecimento é significativa no contexto deste trabalho, pois é aí que aparece o entrecruzamento com a ideia de volubilidade, imprimindo às relações de reconhecimento recíproco uma feição especificamente brasileira que se distancia daquela de Honneth.

Já a volubilidade é uma ideia trabalhada por Roberto Schwarz em constante articulação com a obra literária de Machado de Assis, aparecendo com maior destaque na análise do crítico referente à grande obra-prima do romancista: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Uma

das características dos clássicos é que eles não se esgotam, e mesmo com o passar do tempo permanecem tendo algo a nos dizer (CALVINO, 2007). Nesse sentido, o processo de reler a história de Brás Cubas sempre será enriquecedor, mas parece que depois do encontro com a obra de Schwarz, voltar para as *Memórias póstumas* ganha um novo sentido. Com *Um mestre na periferia do capitalismo* (originalmente publicado em 1990), de Roberto Schwarz, somos convidados a refletir sobre o quanto a própria forma do romance — que transita entre diferentes estilos e técnicas literárias, às vezes assumindo um certo tom de deboche ou de desrespeito às normas — seria consoante com um comportamento volúvel das elites brasileiras do período (SCHWARZ, 2012b).

Ainda que tenhamos procurado explorar a produção teórica de Roberto Schwarz da forma mais ampla possível dentro do contexto de uma monografia de graduação, existe uma passagem específica que nos chamou a atenção: a seção inicial do capítulo número seis de *Um mestre na periferia do capitalismo*, chamado “A sorte dos pobres”, onde Schwarz se debruça sobre a personagem Eugênia, das *Memórias póstumas* — também conhecida como “a flor da moita” ou como a jovem coxa com quem Brás vive uma brevíssima possibilidade de romance e que apresentaremos com mais detalhe ao longo do trabalho. Apesar de ela aparecer quase que de forma marginal no livro de Machado, Schwarz parece reunir muito bem pontos centrais de seu argumento através de uma análise da personagem: especialmente no que diz respeito às relações entre a população livre e pobre e as elites dominantes — onde o reconhecimento da parte pobre ficava à mercê dos caprichos volúveis das classes altas (SCHWARZ, 2012b). Assim, Eugênia será tomada por nós quase como objeto de reflexão sociológica, sendo ela a peça fundamental que possibilita a articulação entre volubilidade e reconhecimento recíproco.

O trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro, procuramos trazer um pouco do pensamento de autores que, assim como Roberto Schwarz, trabalham a relação dialética entre forma literária e processo social. Também fizemos uma revisão de algumas das reflexões de comentadores mais contemporâneos da obra de Schwarz. Dessa maneira, o capítulo inicial ganha dois sentidos que andam bastante juntos: ao mesmo tempo que procura cumprir o papel de revisão bibliográfica — tanto daqueles que antecederam Roberto Schwarz quanto de seus comentadores posteriores — serve quase como discussão metodológica, visto que sem contextualizar ideias como a de “forma” não seria possível refletir sobre conceitos sociológicos a partir da leitura de um romance.

Já no segundo capítulo, dividido em três subseções, mergulhamos de fato nos assuntos específicos ao trabalho de conclusão de curso. Em primeiro lugar revisamos brevemente a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Em seguida voltamos nosso olhar a Schwarz e

discorreremos sobre os conceitos de volubilidade, favor e reconhecimento recíproco — procurando relacionar o debate com o universo literário e com seu conhecido ensaio “As ideias fora do lugar”. Finalmente, apresentamos Eugênia e, por meio da organização que Schwarz dá às ideias de Machado de Assis, refletimos sobre as implicações do encontro entre volubilidade e reconhecimento.

2 LITERATURA E SOCIEDADE²

Talvez um leitor que ainda não esteja familiarizado com o trabalho crítico de Roberto Schwarz se surpreenda ao abrir *Ao vencedor as batatas* (datado de 1977) e encontrar ali, na introdução do livro, um tratado a respeito da organização da vida ideológica no Brasil oitocentista. Esse mesmo leitor pode, também, achar curioso que um trabalho de conclusão de curso de ciências sociais tenha como objeto de reflexão uma personagem secundária de um romance. Nesses casos, é importante lembrar que a literatura não surge no vácuo. Ao fazer a nós mesmos a pergunta: “onde a sociedade se encerra?” podemos ajudar a colocar essa questão em perspectiva. É muito difícil, para não dizer impossível, imaginar instâncias de nossas vidas que não sejam permeadas pelo social. Até mesmo as categorias mais elementares do modo como percebemos o mundo — noções de tempo ou espaço, por exemplo — surgem a partir do convívio em sociedade, como argumenta Émile Durkheim em *As formas elementares da vida religiosa* (DURKHEIM, 1978). No caso da literatura, não poderia ser diferente. Não é à toa que existam historiadores que encarem a obra literária enquanto “testemunho histórico” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7), pois, mesmo quando a literatura aparenta estar enquadrada completamente no campo do delírio e da fantasia, sempre é possível encontrar ali algo que nos puxe de volta ao social, visto que esse é um vínculo que não pode ser quebrado. Uma clara defesa desse princípio pode ser encontrada na discussão de Walter Benjamin sobre o movimento surrealista, usando argumentos que em alguma medida servem para contextualizar nossa intenção de buscar na literatura e na crítica literária elementos que contribuam para uma discussão de cunho sociológico:

Também a Paris dos surrealistas é um ‘pequeno mundo’. Ou seja, no grande, no cosmos, as coisas têm o mesmo aspecto. Também ali existem encruzilhadas, nas quais sinais fantasmagóricos cintilam através do tráfico; também ali se inscrevem na ordem do dia inconcebíveis analogias e acontecimentos entrecruzados. É esse espaço que a lírica surrealista descreve. E isso deve ser dito, quando mais não seja, para afastar o inevitável mal-entendido da ‘arte pela arte’ (BENJAMIN, 1987a, p. 27).

² Ainda que este capítulo explore a relação entre literatura e sociedade por meio da trajetória intelectual de Roberto Schwarz, é digno de nota que Axel Honneth — como foi indicado pela Prof. Dra. Franciele Bete Petry na banca de julgamento do presente trabalho — também encontra na arte caminhos possíveis para a reflexão sociológica/filosófica.

A produção teórica de Schwarz dedicada a interpretar a obra de Machado de Assis tem como um de seus traços definidores a preocupação de sempre procurar estabelecer diálogos com o pensamento social. Em *Um mestre na periferia do capitalismo*, por exemplo, a primeira frase do prefácio já situa o leitor nas intenções do crítico: “Em que consiste a força do romance machadiano de grande fase? Há relação entre a originalidade de sua forma e as situações particulares à sociedade brasileira no século XIX?” (SCHWARZ, 2012b, p. 9). É nesse sentido que se justifica nossa abordagem, que parte da produção de um crítico literário para discutir conceitos sociológicos, como é o caso do reconhecimento. Esse caminho inclusive já foi trilhado anteriormente por outros cientistas políticos e sociólogos que encontraram nos escritos de Roberto Schwarz discussões profundas sobre temas relevantes para aqueles que pretendem se dedicar à interpretação da sociedade brasileira: o liberalismo (RICUPERO, 2008, 2013), o comportamento volúvel das elites nacionais (HELAYEL; BRASIL JUNIOR, 2019) e o reconhecimento recíproco (SOUZA, 2019, 2021), para citar alguns. Pouco mais adiante iremos retomar algumas dessas discussões, uma vez que podem nos auxiliar no contexto das reflexões do trabalho.

2.1 SITUANDO UM CAMPO

Em determinada passagem do prefácio de *Um mestre na periferia...*, Roberto Schwarz nos conta que seu trabalho “seria impensável igualmente sem a tradição — contraditória — formada por Lukács, Benjamin, Brecht, Adorno, e sem a inspiração de Marx” (SCHWARZ, 2012b, p. 13). Não temos a intenção de nos debruçar minuciosamente sobre a obra de cada um desses pensadores de modo a identificar uma linha direta de influências que chegaria até Roberto Schwarz — esse trabalho demandaria um estudo bastante aprofundado que não cabe no contexto de uma monografia de graduação. No entanto, consideramos que seria significativo ao menos visitar brevemente algumas das questões propostas por eles, de modo a situar um campo de debates no contexto da teoria crítica que pensa a obra artística e literária. Como bem aponta Bernardo Ricupero, Schwarz não era daqueles teóricos que simplesmente aplica o trabalho daqueles que os inspiram de uma maneira ou de outra: “a realização de Schwarz é análoga ao feito que destaca em Machado de Assis, o de saber bem combinar o que se pode chamar de uma forma europeia com a matéria brasileira” (RICUPERO, 2013, p. 526). Não queremos também, de maneira alguma, insinuar que essa seja a única corrente sociológica que discute a literatura, já que existem outros pensadores que tematizam a questão de outras formas. Entretanto, existe algo na obra de Georg Lukács, de Theodor W. Adorno, de Walter Benjamin

ou de Antonio Candido que ajuda a contextualizar as indagações e os percursos de Roberto Schwarz, e que, portanto, merece ser ao menos mencionado neste trabalho.

Na década de 1960, Georg Lukács escreveu um prefácio à sua *Teoria do romance*, de 1916, em que indica que a leitura desse ensaio vale mais como uma maneira de conhecer as ideologias da época do que como um caminho teórico para ser seguido (LUKÁCS, 2019). O próprio Roberto Schwarz, ao se apropriar da obra lukacsiana, dialogou mais com seus escritos da década de trinta — e há quem defenda que se trate de uma apropriação negativa da concepção de Lukács a respeito do realismo³. Ainda assim, acreditamos que existe algo em *A teoria do romance* que ajuda a compreender como surge o debate em torno da relação da forma literária com a sociedade — uma questão cara a Roberto Schwarz em grande parte de seu trabalho crítico.

Em linhas bastante gerais, o fio condutor do ensaio de 1916 é a chamada doutrina das formas, uma concepção que está bastante presente nos trabalhos de crítica literária do jovem Lukács. Para o pensador húngaro, é a forma que concede à literatura sua inesgotabilidade: “a obra literária se acha imune à força corruptora do tempo por buscar abrigo na forma, que lhe avaliza a perenidade a despeito do caráter acentuadamente datado de seus conteúdos” (MACEDO, 2019, p. 175)⁴. Isso é especialmente relevante no que diz respeito à reflexão sociológica sobre a literatura, pois, a partir dos princípios de Lukács, vemos que o foco da análise deve estar voltado para a forma, e não ao conteúdo da obra; já que a forma é a grande responsável pela mediação entre arte e vida.

Essa defesa fica bastante explícita no primeiro capítulo de *A teoria do romance*, quando Lukács apresenta sua tese do romance moderno enquanto a narrativa épica própria da época burguesa, em contraponto à epopeia da Grécia antiga. Lukács via o mundo helênico como um mundo homogêneo e fechado, onde ser e natureza formavam uma unidade:

Tudo lhes é novo e no entanto familiar, aventuroso e no entanto próprio. O mundo é vasto e no entanto é como a própria casa, pois o fogo que arde na

3 Como foi apontado pelo Prof. Dr. Fabio Mascaro Querido na banca de qualificação deste TCC.

4 A ideia de “força corruptora do tempo” é algo questionado por alguns historiadores. Bakhtin é uma boa referência para ilustrar esse debate, e nos diz que grandes obras de literatura rompem as barreiras de seu tempo: para conseguir viver no futuro é necessário também absorver elementos dos séculos que o antecederam. Nesse sentido, a passagem do tempo não pode ser reduzida a uma força que corrompe; ela também alarga as interpretações possíveis: “*In the process of their posthumous life they are enriched with new meanings, new significance: it is as though these works outgrow what they were in the epoch of their creation*” (BAKHTIN, 1986, p. 4).

alma é da mesma essência que as estrelas; distinguem-se eles nitidamente, o mundo e eu, a luz e o fogo, porém jamais se tornarão para sempre alheios um ao outro, pois o fogo é a alma de toda luz e de luz veste-se todo fogo (LUKÁCS, 2019, p. 25).

Para o filósofo, essa característica do período clássico pode ser percebida também na forma literária. No caso da epopeia, a trajetória do herói não se encerra nele mesmo: seu destino é aquele de uma comunidade. Em um universo tão homogêneo e orgânico, como é o caso do mundo helênico para Lukács, seria impossível que uma parte desse todo pudesse estar tão voltada a si mesma ao ponto de se tornar individualidade (LUKÁCS, 2019). Essa é uma diferença crucial entre a epopeia e o romance burguês, que aparece em um mundo agora abandonado por Deus. Na era moderna, a unidade entre ser e natureza teria sido rompida, e a totalidade e a homogeneidade do mundo também passam a ser algo do passado: “O céu estrelado de Kant brilha agora somente na noite escura do puro conhecimento e não ilumina mais os caminhos de nenhum dos peregrinos solitários” (LUKÁCS, 2019, p. 34). No romance moderno, então, passamos a acompanhar a aventura de heróis solitários em busca desse algo que se perdeu, “seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência” (LUKÁCS, 2019, p. 91).

No contexto deste trabalho, as diferenças entre a epopeia e o romance não são a questão mais relevante da obra lukacsiana. O que nos interessa mais — e esse debate ajuda a ilustrá-lo — é o imbricamento entre forma literária e realidade, que juntas formam uma relação que pode ser chamada de simbiótica (MACEDO, 2019). É importante ressaltar, entretanto, que “a realidade, ao ingressar na forma, perde sua feição de realidade para converter-se em elemento exclusivamente formal” (MACEDO, 2019, p. 190); é nesse sentido que Lukács vai chamar o romance moderno de “totalidade criada” (LUKÁCS, 2019, p. 34), já que a “totalidade espontânea do ser” (LUKÁCS, 2019, p. 35) se perdeu com o fim da era helênica.

Dando continuidade a nosso curto passeio pelos escritos de alguns daqueles pensadores que se dedicaram às reflexões sobre a literatura e a arte em relação ao social, Walter Benjamin é uma referência fundamental. Ainda que a discussão a respeito da forma literária não apareça aqui nos mesmos termos de Lukács, é possível encontrar na obra benjaminiana uma clara defesa de que arte e história andam lado a lado.

Tomando o ensaio “O narrador” como exemplo, Benjamin aponta que “a arte de narrar está em vias de extinção” (BENJAMIN, 1987b, p. 197), relacionando esse processo com o desenvolvimento das forças produtivas. Ainda que comentadores contemporâneos

problematizem interpretações simplistas do ensaio, observando que novas formas de narrativa estejam aparecendo, é certo que “Diante da magnitude dos processos de urbanização, migrações, desenvolvimentos tecnológicos e intensificação da indústria cultural que caracterizam o capitalismo contemporâneo, a narração oral sem dúvida perdeu espaço” (GIRARDELLO, 2014, p. 18). De qualquer modo, Benjamin se referia a um processo que ele vinha percebendo desde a Primeira Guerra Mundial: os soldados voltavam mudos dos campos de batalha. É nesse sentido que ele adverte que a narrativa oral tradicional vinha esmaecendo, pois se ela tem as experiências vividas e compartilhadas como fonte principal, essas experiências estavam se tornando cada vez menos comunicáveis (BENJAMIN, 1987b).

Ao relacionar a narrativa tradicional com o trabalho artesanal, Benjamin demonstra que a primeira vai perdendo seu lugar à medida em que o ritmo de trabalho acelera e, por exemplo, deixa-se de tecer ou fiar enquanto se escuta uma história. Segundo Benjamin, o desaparecimento da narrativa oral ocorre concomitantemente à ascensão do romance burguês, que surge agora a partir do indivíduo isolado e não mais do encontro das experiências do narrador com as de seu ouvinte. Não apenas o romance é solitário na sua produção, como essa característica o persegue inclusive no momento da leitura: “Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Mas o leitor de um romance é solitário. Mais solitário que qualquer outro leitor” (BENJAMIN, 1987b, p. 213). Em alguma medida, podemos aqui traçar um paralelo com *A teoria do romance* de Lukács, visto que ambos os autores associam o romance moderno com a solidão: Benjamin no momento de sua produção e recepção, e Lukács na própria trajetória do herói.

Em “O autor como produtor”, uma palestra de Benjamin que posteriormente foi publicada como texto, existe uma passagem que nos fornece uma diretriz bastante interessante a respeito da crítica literária politicamente orientada: “a tendência de uma obra literária só pode ser correta do ponto de vista político quando for também correta do ponto de vista literário. Isso significa que a tendência politicamente correta inclui uma tendência literária” (BENJAMIN, 1987c, p. 121). Para ele, portanto, as qualidades artísticas e políticas de uma determinada obra andam de mãos dadas. O valor de uma obra não se encerra no simples posicionamento de esquerda de algum determinado autor, pois na concepção benjaminiana estética e política devem ser tratadas em conjunto. Essa é uma perspectiva que deve ser levada em conta no contexto da discussão da forma literária que vem nos acompanhando, que em alguma medida se relaciona com a oposição forma versus conteúdo que foi debatida por Lukács.

Georg Lukács e Walter Benjamin são dois autores que nos apresentam questões importantes e ajudam a contextualizar os debates que tratam da literatura em relação com o

social. Entretanto, talvez o pensador estrangeiro que mais tenha tido impacto direto na obra de Roberto Schwarz tenha sido Theodor W. Adorno, que inclusive haveria aceitado receber Schwarz em Frankfurt — ainda que esse plano não tenha dado certo, e o jovem austro-brasileiro tenha concluído seus estudos de literatura comparada na universidade de Yale (ALMEIDA, 2007)⁵. Como já indicamos anteriormente, não temos qualquer pretensão de fazer uma reconstrução definitiva da obra adorniana que busque revisitar o percurso de Roberto Schwarz — essa exposição mais minuciosa não cabe no contexto de nosso trabalho. Entretanto, uma curta discussão dedicada a introduzir algumas das ideias do filósofo, como procuramos fazer com o trabalho de Lukács e de Benjamin, é imprescindível.

Uma maneira interessante de seguir nosso caminho é dando continuidade à conversa sobre o narrador. Assim como Benjamin, Adorno também percebia que se tornava cada vez mais difícil articular as experiências vividas sob uma forma narrativa — sobretudo após a Primeira e a Segunda Guerra. No entanto, no caso de “Posição do narrador no romance contemporâneo”, Adorno se referia mais ao impacto que os avanços da indústria cultural tiveram no modo de narrar do próprio romance burguês do que à perda de espaço que a narrativa oral tradicional sofria. Embora — para Adorno — o realismo fosse uma característica imanente do romance, os avanços técnicos na reportagem e no cinema fizeram com que o papel daquele se alterasse, de modo que o romance deveria se dedicar àquilo que não poderia ser transmitido pelo relato (ADORNO, 2003a). Dessa maneira, não faria sentido que um romancista do período descrito por Adorno tivesse pretensões de narrar um mundo objetivo como faziam os romancistas tradicionais, da época de Flaubert: “Se o romance quiser permanecer fiel à sua herança realista e dizer como realmente as coisas são, então ele precisa renunciar a um realismo que, na medida em que reproduz a fachada, apenas auxilia na produção de engodo” (ADORNO, 2003a, p. 57). A própria alienação vira meio estético, de modo que a força motivadora do romancista passa a ser o desejo de captar a *essência* da vida — e não mais decifrar o mundo exterior (ADORNO, 2003a). Isso significa que a voz do narrador perde seu tom de imparcialidade, assumindo que a captura da mais pura objetividade é algo impossível. No caso da leitura schwarziana de *As memórias póstumas de Brás Cubas* (de 1881), os comentários de Adorno sobre a perspectiva do narrador ajudam a fundamentar a discussão. É apenas alargando nosso entendimento acerca da busca pelo real no contexto da literatura que podemos

5 A correspondência entre Roberto Schwarz e Theodor W. Adorno foi, enfim, localizada. O pesquisador brasileiro Eduardo Soares Neves Silva teve acesso em primeira mão ao material e recentemente o publicou, com traduções ao português, na forma de um artigo (SILVA, 2019).

compreender o que tornava possível que Schwarz enxergasse realismo nas memórias do defunto autor de Machado de Assis.

Também as reflexões de Adorno sobre a poesia lírica são relevantes no sentido de situar algumas das perspectivas desse campo de debates que pretendemos esboçar. Diferentemente do que se poderia esperar, ao tentar desvendar a poesia lírica, Adorno procura demonstrar que há universalidade mesmo na expressão de emoções individuais: “Só entende aquilo que o poema diz quem escuta, em sua solidão, a voz da humanidade; mais ainda, a própria solidão da palavra lírica é pré-traçada pela sociedade individualista” (ADORNO, 2003b, p. 67). Para o filósofo, experiências individuais só podem ser elevadas ao posto da arte quando conseguem capturar ali, no mais profundo íntimo de seu autor, algo de universal. Embora, então, seja possível — e até mesmo quase que necessário — encontrar o teor social na obra de arte, a tarefa do crítico que se pretende a adotar as perspectivas de Adorno é a de procurar compreender como o “*todo* de uma sociedade, tomada como unidade em si mesma contraditória, aparece na obra de arte; mostrar em que a obra de arte lhe obedece e em que a ultrapassa” (ADORNO, 2003b, p. 67). Nesse sentido, Adorno adverte que conceitos sociológicos de maneira alguma devem ser trazidos de fora para dentro da lírica: o caminho deve ser o inverso, buscando identificar aquilo que a própria lírica tem para nos dizer sobre o meio social (ADORNO, 2003b).

Já no caso da tradição crítica brasileira, Antonio Candido foi, sem dúvidas, o grande mentor de Roberto Schwarz e, portanto, uma parada obrigatória em nosso percurso: foi ele quem estimulou Schwarz a cursar o mestrado no campo da literatura, de modo que após seu regresso tivesse condições de atuar como seu professor-assistente na cadeira de teoria literária. De acordo com Schwarz, a palavra de ordem da crítica literária marxista — centrada principalmente na “dialética entre forma literária e processo social” (SCHWARZ, 1997a, p. 129) — já era bastante disseminada no Brasil desde antes da década de 1960. No entanto, para ele, foi apenas quando Candido publicou “Dialética da Malandragem” em 1970 que essa perspectiva foi, pela primeira vez, de fato aplicada no contexto da interpretação de uma obra literária (SCHWARZ, 1997a). Ainda que não tenhamos intenção de nos aprofundar nas *Memórias de um sargento de milícias* (de 1853), o romance discutido por Candido no artigo, é relevante notar que o recorte de classes no livro de Manuel Antônio de Almeida é bastante estreito. Tanto classes dominantes quanto população escravizada ficam de fora, tornando bastante problemática a leitura do romance enquanto um documentário da sociedade brasileira (CANDIDO, 1970). Essa característica, no entanto, não impedia Candido de encontrar nas *Memórias de um sargento de milícias* elementos que informavam algo sobre o contexto social brasileiro da época, visto que: “um autor e uma obra podem ser e não ser alguma coisa, sendo

duas coisas opostas simultaneamente (...). A forma, através da qual se manifesta o conteúdo, perfazendo com ele a expressão, é uma tentativa mais ou menos feliz e duradoura de equilíbrio entre estes contrastes” (CANDIDO, 2000, p, 30). Sob essa perspectiva, que é em alguma medida compartilhada entre os demais pensadores que discutimos anteriormente, as possibilidades da crítica literária se expandem, pois não se trata de refletir apenas sobre aquilo que a obra diz; o olhar do crítico deve ser mais amplo e levar em consideração os elementos formais da obra.

Em “Dialética da malandragem”, Antonio Candido supõe que o sentimento de realismo que *Memórias de um sargento de milícias* provoca não é consequência daquilo que o livro conta sobre a sociedade carioca do período, e sim de uma capacidade do autor de “intuir, além dos fragmentos descritos, certos princípios constitutivos da sociedade” (CANDIDO, 1970, p. 76). Candido identifica que a trama da história opera seguindo um “jogo dialético da ordem e da desordem” (CANDIDO, 1970, p. 82), princípio social que se manifestava no Brasil do século XIX, sobretudo entre aquela população intermediária que não era nem proprietária e nem escravizada. Assim, para o crítico, o livro se tratava de um “romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas por ser construído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um dos seus setores” (CANDIDO, 1970, p. 82).

Agora, munidos de conceitos e perspectivas fundamentais para o campo de debates que buscamos situar, podemos voltar nosso olhar para Roberto Schwarz e para suas contribuições à conversa.

2.2 ROBERTO SCHWARZ TEÓRICO CRÍTICO

A vida acadêmica de Roberto Schwarz começa no curso de graduação em ciências sociais da USP — ainda que seja digno de nota que o crítico era bastante insatisfeito com o curso, e não é à toa que migrou na pós-graduação para os estudos da literatura, em alguma medida seguindo os passos de seu professor Antonio Candido. De todo modo, esse vínculo que Schwarz teve com o pensamento sociológico (HELAYEL; BRASIL JUNIOR, 2019) ajuda a contextualizar a ênfase que o autor dava ao chamado *processo social*, vide o subtítulo de *Ao vencedor as batatas* (“Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro”).

A preferência do crítico pelo mundo das Letras e seu desejo de se afastar da “sociologia científica” (QUERIDO, 2019a, p. 239) de Florestan Fernandes talvez possam ser explicados justamente por meio de sua veia adorniana. Em um texto bastante conhecido — “O ensaio como forma” — Adorno situa o ensaio como uma forma que desafia o método cartesiano e que ocupa

um espaço entre arte e ciência, já que não se propõe a alcançar descobertas científicas e nem tem motivações estéticas. O que move o ensaísta, para Adorno, é o desejo de discorrer sobre algo que o entusiasme — sem se preocupar muito com o ponto de partida e encerrando quando sentir que não há nada mais que deva ser dito (ADORNO, 2003c). Essa peculiaridade, no entanto, de maneira alguma significa que o ensaio seja uma forma desprovida de profundidade; mesmo sem definir os conceitos que apresenta, o “pensamento [do ensaio] é profundo por se aprofundar em seu objeto, e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra coisa” (ADORNO, 2003c, p. 27). No caso de Schwarz, seu trabalho enquanto crítico — e a consequente escolha pelos ensaios, “a forma crítica *par excellence*” (ADORNO, 2003c, p. 38) — lhe concede a liberdade de escapar aos limites da objetividade científica, abrindo espaço para o que Fabio Mascaro Querido chamou de uma “sociologia nova” (QUERIDO, 2019b, p. 240), centrada na crítica literária: “Sem a imposição de uma moldura sociológica rígida, os romances de Machado de Assis podem ser lidos, então, como objetos de uma mirada sociológica heterodoxa, ‘impura’, ‘instável’” (QUERIDO, 2019b, p. 241).

A característica heterodoxa do trabalho de Schwarz já foi apontada em outros momentos, ainda que não necessariamente nesses termos. Na coletânea *Um crítico na periferia do capitalismo* (2007), que nasceu a partir de um evento que homenageava Schwarz, podemos encontrar uma fala de Jorge de Almeida que se refere precisamente a esse lado da obra schwarziana que abraça as contradições sem no entanto se deixar cair em um ecletismo injustificado (ALMEIDA, 2007). Se na primeira seção deste capítulo nos dedicamos a explorar o trabalho de conhecidos pensadores da chamada Escola de Frankfurt, como Benjamin e Adorno, Almeida vai alertar que se deve tomar cuidado ao procurar ali, de maneira direta e precisa, as musas que teriam tido influências na formulação de um “método schwarziano” (ALMEIDA, 2007, p. 44). Recordando “As ideias fora do lugar” — que iremos apresentar com mais detalhe em breve —, texto que discute justamente o modo como as elites nacionais se apropriavam de ideias europeias e as transformavam, Almeida indica que se deve desconfiar de declarações que vinculam Schwarz a algum determinado método ou corrente de pensamento sem maiores ressalvas (ALMEIDA, 2007).

Todavia, uma definição proposta por Almeida a respeito da Escola de Frankfurt e da teoria crítica de modo geral nos possibilita de alguma forma contornar essa desconfiança, levando em consideração justamente essa heterodoxia presente no fazer sociológico de Schwarz. Para Almeida, a teoria crítica é:

uma teoria que não tinha como objetivo a consolidação de um sistema, desconfiava da universalidade dos axiomas, recusava a simples separação entre sujeito e objeto, implodia a divisão acadêmica do trabalho intelectual, pensava sua atividade teórica como prática política e, finalmente, recusava a definição prévia de um ‘método’ (ALMEIDA, 2007, p. 47)

Lembrando a passagem em que Schwarz menciona as chamadas “influências contraditórias”, consideradas por ele suas grandes inspirações, Almeida explicita que não se trata propriamente de uma declaração de método por parte do crítico, até porque a maneira como Schwarz se apropriou do trabalho desses pensadores não foi direta, procurando encontrar respostas prontas. Enquanto alguém que se propõe a fazer crítica dialética, incorporar a dúvida e as ressalvas se torna uma característica essencial; e, nesse sentido, essa mesma apropriação — dita contraditória — dos escritos de Adorno, Benjamin, Brecht e Lukács seria um dos elementos que justificam a posição de Schwarz enquanto teórico crítico.

Nesse contexto, torna-se significativo ao menos mencionar um artigo recente de Leandro Pasini que, ao analisar os elementos formais do ensaio schwarziano, identifica ali alguns movimentos argumentativos emprestados da literatura que corroboram a tese de Almeida. Além da presença de aforismos e de um recorrente tom de ironia que remete a Machado de Assis, Pasini afirma que, ao procurar incorporar o movimento dialético no próprio texto, Schwarz deixa seu leitor sob constante sinal de alerta (PASINI, 2021). Novamente, a dialética e a contradição são postas como elementos fundamentais para os feitos críticos de Schwarz.

Se Jorge de Almeida defende a posição de Schwarz enquanto um dos expoentes contemporâneos da teoria crítica de inspiração adorniana, Silvia López dá um passo adiante e dizer que o “herdeiro de Adorno não mora hoje em Frankfurt, mas em São Paulo” (LÓPEZ, 2007, p. 32). O comentário ousado aparece no contexto de um debate sobre a relação entre os estudos da literatura, a teoria crítica e perspectivas periféricas. Problematizando noções simplistas acerca da literatura do chamado “terceiro mundo” que circulam nos países centrais do capitalismo, López procura demonstrar como a discussão schwarziana sobre a importação do romance e da peculiaridade do realismo de Machado de Assis vão alargar alguns dos pressupostos mais clássicos sobre a literatura, indicando ao mesmo tempo que um retorno à teoria estética de Adorno pode ser bastante oportuno — sobretudo na periferia.

A defesa de Schwarz a respeito do realismo das *Memórias póstumas* é algo que já mencionamos brevemente neste capítulo. Entretanto, sua relevância é tão significativa no contexto do debate da literatura em relação com o social que vale trazê-la novamente, agora por meio do olhar de Modesto Carone. Conversando com o ensaio “Complexo, moderno, nacional

e negativo” de Schwarz — que aborda o problema da volubilidade em uma das passagens iniciais de *Memórias póstumas* — Carone procura demonstrar como, por meio de uma análise formal do livro de Machado de Assis, Schwarz encontra realismo mesmo quando o desrespeito à verossimilhança é constante (CARONE, 2007). A volubilidade, um conceito central para esse trabalho, merece ser tratada com mais cautela e, portanto, fica para um próximo capítulo. Mas, o que podemos tomar como guia é o modo como Schwarz de certa forma inverte o que se entende por realismo. Retomando López, o teor de realidade nas *Memórias* “vai além da descrição do que foi dito” (LÓPEZ, 2007, p. 29), de modo que não se pode pensar no romance machadiano enquanto um reflexo da realidade. O que podemos retirar dali sobre a sociedade brasileira se encontra mais na subjetividade e nos vaivéns do narrador do que nas descrições explícitas do mundo carioca oitocentista.

Apesar de até agora estarmos buscando situar a obra de Roberto Schwarz em um espaço distinto da sociologia mais empírica e objetivista, não podemos achar que o crítico estava totalmente alheio a esse campo — de fato, o caso é precisamente o oposto. Quando ainda era um jovem estudante, participou dos encontros do grupo de estudo de *O Capital* (publicado originalmente em 1867) “Seminário Marx”, que se reuniu do final dos anos 1950 até 1964. Para Schwarz, o Seminário significava uma renovação do pensamento marxista, no sentido de propor uma leitura dos clássicos da tradição diversa daquela dos partidos comunistas (SCHWARZ, 1999). A tese de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (publicada em 1962), que abordava as conexões, a princípio incompatíveis, entre capitalismo e escravidão — demonstrando que essa prática abominável também teve seu lugar no caminho rumo ao chamado progresso — seria um marco nesse sentido, e posteriormente seria fundamental para a construção da tese das ideias fora do lugar de Schwarz.

Além de sua participação no Seminário Marx, para alguns não seria possível compreender inteiramente o sentido do trabalho de Roberto Schwarz sem levar em consideração a produção teórica oriunda da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP na década de 1960, principalmente aquela ligada à Cadeira de Sociologia I, como procuram demonstrar Karim Helayel e Antonio Brasil Jr. (HELAYEL; BRASIL JUNIOR, 2019)⁶. Os dois comentadores

6 Ainda que não seja tema de nosso trabalho, a relação de Roberto Schwarz com as ciências sociais merece ser investigada mais profundamente em uma pesquisa futura. Ao mesmo tempo em que o crítico migra para o departamento de teoria literária na USP após concluir a graduação, ele jamais deixa de demonstrar um interesse pelas discussões originadas na sociologia. Podemos nos perguntar, então, como sugere Souza, até que ponto esse

argumentam que o conceito de volubilidade de Schwarz incorpora os debates de Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia de Carvalho Franco a respeito da categoria patrimonialismo. Eles dão atenção especial à tese de Cardoso que mencionamos anteriormente e ao livro *Homens livres na ordem escravocrata* (de 1969) de Franco — ambos citados por Schwarz como fortes inspirações à tese de “As ideias fora do lugar”. Helayel e Brasil Jr. identificam que a ênfase dada por Schwarz ao conceito de volubilidade o aproxima da crítica de Franco à ideia de patrimonialismo em Cardoso. Na análise schwarziana de *Iaiá Garcia* (livro de 1878) até podemos encontrar aproximações com a tese do patrimonialismo, visto que o crítico via no romance uma forte relação de interdependência entre a matriarca Valéria e o restante dos personagens. Já em *Memórias póstumas...*, a ênfase de Schwarz muda: ele passa a trazer a ideia de volubilidade ao debate sobre o romance, “no qual o poder discricionário e os caprichos de um membro pertencente à elite senhorial brasileira anulariam qualquer preocupação em preservar a boa disposição de seus asseclas” (HELAYEL; BRASIL JUNIOR, 2019, p. 107). Nesse sentido, para Helayel e Brasil Jr., Schwarz estaria corroborando a tese de Franco, uma vez que a volubilidade arbitrária das elites significava que os compromissos com seus dependentes poderiam ser facilmente rompidos — distanciando-o da leitura de Brasil patrimonialista feita por Cardoso.

Nessa revisão bibliográfica da fortuna crítica de Roberto Schwarz, após trazer tantos trabalhos bastante elogiosos à obra de nosso autor, devemos tomar cuidado para não fazer parecer que ele seja alguém imune a críticas. A própria tese de “As ideias fora do lugar”, que vamos discutir a seguir, causou bastante controvérsia — sendo criticada inclusive por Maria Sylvia de Carvalho Franco, a socióloga da USP que foi grande inspiração para Roberto Schwarz na elaboração do ensaio; a crítica de Franco referente ao ensaio de Schwarz será apresentada com mais detalhe no capítulo seguinte. No próprio campo dos estudos literários não é incomum encontrar artigos que questionem a leitura schwarziana da obra de Machado. Nathaniel Wolfson, por exemplo, argumenta que para justificar sua tese da volubilidade, Schwarz deixaria em segundo plano as reflexões filosóficas do Brás Cubas narrador (WOLFSON, 2017). Se, por um lado, nosso crítico concederia grande relevância formal aqueles capítulos curtos e erráticos das *Memórias póstumas*, por outro, Wolfson diz que Schwarz estaria se abstendo da tarefa de apresentar um sentido próprio a essas passagens — que para o comentador poderiam ser bastante frutíferas no sentido de abrirem espaço para reflexões filosóficas a respeito da

processo foi de fato um distanciamento ou se, quem sabe, pode ser entendido mais como uma busca por autonomia.

passagem do tempo no romance (WOLFSON, 2017). Já Benito Petraglia, ainda que reconheça a posição canônica de Schwarz no universo da crítica à obra machadiana, procura apontar alguns limites do método empregado pelo crítico (PETRAGLIA, 2016). Sem pretender entrar nas minúcias do argumento — que questiona a interpretação de Schwarz a respeito da crônica de Machado “O punhal de Martinha” — podemos mencionar que Petraglia questiona a aplicação dita “discricionária” (PETRAGLIA, 2016, p. 74) do procedimento analítico que busca encontrar na forma literária pistas para desvendar os processos sociais.

Retomando a questão do ensaio crítico nos moldes adornianos que mencionamos anteriormente, essa pluralidade de interpretações talvez seja uma das características mais estimulantes da crítica literária. É lógico que devem existir critérios — como já nos disse Adorno, o bom ensaio é aquele que tem a capacidade de ir a fundo em seu objeto. Mas, não deixa de ser fascinante a maneira como o trabalho crítico se mostra aberto para o contraditório.

2.3 FINALMENTE, “AS IDEIAS FORA DO LUGAR”

Depois de procurarmos algum auxílio nas reflexões de Georg Lukács, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Antonio Candido e de explorar brevemente alguns dos trabalhos críticos que nos últimos anos procuraram debater a obra de Roberto Schwarz, vale retomar a ideia com que começamos este capítulo: o ensaio de interpretação da sociedade brasileira que serve de introdução a um livro de crítica literária. Em “As ideias fora do lugar”, Roberto Schwarz explora a estranha combinação entre o liberalismo europeu e a sociedade brasileira escravista. Ainda que na Europa o liberalismo também tivesse algum nível de falsidade — ideias de universalismo, trabalho livre ou liberdade perante a lei encobririam a exploração do trabalho assalariado —, no caso brasileiro “as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso” (SCHWARZ, 2012a, p. 12).

Ao iniciar o livro dessa forma, o crítico demonstra sua vinculação ao campo de discussões que procuramos trazer — ainda que brevemente — nessa seção do texto. De forma bastante explícita, ele está nos dizendo que literatura e sociedade andam de mãos dadas, que não podemos tratá-las como dois polos completamente alheios. E é a partir dessa mesma perspectiva que parte nosso trabalho: acreditamos que, além de crítico, nosso autor era alguém que apresentava ideias e conceitos que devem receber nossa atenção. Nesse sentido, é possível encontrar na obra de Roberto Schwarz caminhos bastante frutíferos para refletir sobre o Brasil sob uma perspectiva sociológica. Esse é o caso da volubilidade e do reconhecimento recíproco, as duas ideias centrais no contexto deste trabalho e que iremos discutir no próximo capítulo.

A partir dessa perspectiva, além de revisão bibliográfica, a seção que aqui se encerra pode também ser encarada enquanto a fundamentação metodológica de nossa pesquisa: situar o debate a respeito das conexões entre forma literária e processo social é uma etapa incontornável se pretendemos discutir sociologia a partir da leitura de um romance.

3 EUGÊNIA: VOLUBILIDADE E RECONHECIMENTO

Eis que nos aparece um dilema. Se, no capítulo anterior, a imagem que procuramos traçar da obra de Roberto Schwarz se inseria em um contexto de pensamento mais livre e ensaístico, agora nossa tarefa será justamente a de seguir um caminho que pode ser considerado seu contrário, buscando sistematizar um pensamento que não é assim tão sistemático. Embora no universo das discussões adornianas, que procuramos trazer acima, a riqueza do ensaio more justamente em sua capacidade de se aprofundar no objeto ao invés de reduzi-lo a conceitos, nossa própria pergunta de pesquisa nos obriga a fazer o oposto. Ainda que *As memórias póstumas de Brás Cubas* nos sirvam como ponto de referência, a grande questão no contexto deste trabalho não é o livro de Machado de Assis; é, sim, o modo como Schwarz articula duas ideias específicas: a volubilidade das elites e o reconhecimento recíproco. Nesse sentido, se trata de uma discussão inteiramente relacionada à definição de conceitos. Ao mesmo tempo em alguns sentidos estamos ainda bastante próximos do fazer sociológico schwarziano: a ausência de pesquisa empírica e a predileção por discussões mais teóricas seria um sinal disso.

Após essas ressalvas, podemos destrinchar o capítulo de maneira mais objetiva. Sendo o reconhecimento recíproco e a possibilidade de aproximação entre o pensamento de Roberto Schwarz e de Axel Honneth alguns de nossos problemas centrais, acreditamos que vale a pena começar voltando nosso olhar para Honneth — um dos grandes responsáveis pela popularização do debate em torno do reconhecimento nas últimas décadas. Em seguida, retornamos a Roberto Schwarz e vamos procurar explorar algumas de suas ideias essenciais: o lugar das ideias e o liberalismo, o arbítrio e a volubilidade, o favor e o reconhecimento recíproco. Dessa forma, estaremos munidos conceitualmente para falar sobre Eugênia e como a análise de Roberto Schwarz sobre a personagem nos fornece caminhos para pensar o reconhecimento recíproco no contexto brasileiro.

3.1 RECONHECIMENTO EM AXEL HONNETH

Em seu livro *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (cuja versão original é de 1992), Axel Honneth retoma a ideia hegeliana de uma luta por reconhecimento com o objetivo de reinserir o pensamento de Hegel nos debates contemporâneos da filosofia política (SIMIN, 2018). De acordo com Jessé Souza, a intenção de Hegel na elaboração de uma teoria do reconhecimento recíproco estava relacionada a uma vontade de superar a concepção atomista de sociedade, na qual se ancorava a tradição moderna

(SOUZA, 2000). Nesse sentido, o reconhecimento recíproco é concebido enquanto um componente fundamental para a formação da identidade dos sujeitos, visto que:

na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular (HONNETH, 2009, p. 47).

Tomando como apoio teórico o trabalho de outros pensadores que também utilizavam essa categoria, como por exemplo o psicólogo estadunidense George Herbert Mead, Honneth chega a uma concepção pós-metafísica de reconhecimento, de modo que o conceito pudesse ser pensado enquanto um “fio condutor de uma teoria social de teor normativo” com potencial para explicar os “processos de mudança social” (HONNETH, 2009, p. 155). A partir dessa chave de interpretação, Honneth defende que o surgimento de conflitos e lutas sociais esteja vinculado a uma ausência de reconhecimento, que eclode quando “experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências típicas de um grupo inteiro” (HONNETH, 2009, p. 257).

Assim como Hegel e Mead também fizeram, Honneth pensa em três esferas diferentes do reconhecimento, de modo que cada uma delas se relacionaria com uma dimensão da personalidade, bem como a uma forma de desrespeito. São elas: o amor, a justiça formal (direito) e a solidariedade. No caso do amor, aqui se adota uma ideia mais abrangente do que a do amor romântico. Estão aí incluídas também a amizade e as relações familiares, ou ainda “todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas” (HONNETH, 2009, p. 159). Retomando a ideia original de Hegel, o amor é visto enquanto a primeira etapa do reconhecimento: é a partir do momento em que é quebrada a simbiose entre um bebê e sua mãe — uma vez estabelecida uma confiança afetiva entre ambos — que começa o processo de “afirmação da autonomia” (HONNETH, 2009, p. 178). Nesse sentido, o amor está relacionado com o sentimento da autoconfiança, e é desrespeitado pelos maus tratos e pela violação (HONNETH, 2009). Já no caso da justiça, o reconhecimento está relacionado à capacidade de nos entendermos enquanto portadores de direitos ao mesmo tempo que percebemos que também temos obrigações em relação aos outros (HONNETH, 2009). Assim, o reconhecimento jurídico se relaciona com aqueles aspectos generalizantes, que são comuns a todos, bem como ao sentimento de autorrespeito. Por outro lado, é desrespeitado pela privação de direitos e pela exclusão. Finalmente, chegamos à terceira forma do reconhecimento: a solidariedade. Se no reconhecimento jurídico o sujeito reconhece a existência de direitos

universais, na experiência da solidariedade o reconhecimento se relaciona justamente com aquilo que apenas aquele sujeito pode oferecer: “uma pessoa só pode se sentir ‘valiosa’ quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais”, (HONNETH, 2009, p. 204). Assim, fica estabelecida uma relação simétrica de solidariedade, no sentido de que todos devem receber a chance de se sentirem valiosos para o meio social (HONNETH, 2009). Essa forma de reconhecimento está relacionada com a autoestima e em contrapartida é desrespeitada pela degradação e pela ofensa.

Entretanto, é no livro posterior de Honneth, *O direito da liberdade* (de 2011), que o reconhecimento assume um caráter que mais se aproxima daquele reconhecimento enquanto força legitimadora do favor de que fala Roberto Schwarz e que iremos explorar mais adiante. Nesse livro, Honneth deixa de lado a dimensão do conflito — presente na ideia de luta por reconhecimento — e se propõe a esboçar uma teoria da justiça tomando como ponto de partida a realidade social (SIMIN, 2018). Para isso, Honneth parte do pressuposto de que as esferas constitutivas da sociedade são materializações de determinados valores (HONNETH, 2015), buscando “encontrar os princípios de justiça inscritos nas práticas das instituições existentes” (SIMIN, 2018, p. 63). No caso das sociedades liberais democráticas, Honneth considera que entre todos os valores um é fundamental: a liberdade (HONNETH, 2015). Para o filósofo, então, a ideia moderna de justiça pode ser encarada a partir de diversos pontos de vista, “tão múltiplos quanto as esferas institucionalizadas de uma promessa de liberdade passível de legitimação em nossas sociedades contemporâneas” (HONNETH, 2015, p. 10). E é nesse sentido que ele propõe uma expansão da ideia de liberdade de Isaiah Berlin. Além da liberdade negativa e positiva/reflexiva que eram discutidas por aquele autor, Honneth propõe uma terceira definição: a liberdade social.

Se podemos definir — de maneira sintética — a liberdade negativa enquanto a não interferência, e a liberdade positiva/reflexiva enquanto a capacidade de agir de acordo apenas com as próprias intenções (HONNETH, 2015), a liberdade social tem um caráter um pouco diferente, passando o reconhecimento recíproco a ser uma etapa fundamental para sua realização. De acordo com Honneth, as duas definições mais clássicas “barram a possibilidade de que as intenções de um agente só possam ser formadas em interação recíproca entre múltiplos sujeitos e portanto só possam ser realizadas sem coerção através da ação conjunta” (HONNETH, 2016, p. 177, tradução nossa)⁷. Ainda: somente quando nos encontramos com

⁷ “The two models foreclose the possibility that the intentions of an agent can only be formed in reciprocal interaction between multiple subjects and thus can be realized without coercion only by acting together.”

outros sujeitos que em alguma medida compartilhem de nossos mesmos objetivos é que podemos de fato realizá-los. Nesse caso o reconhecimento recíproco se dá quando vemos nossos próprios desejos e metas confirmados nos desejos e metas de uma outra parte, de modo que ambos os sujeitos reconhecem sua correlação, e a liberdade reflexiva é ampliada de modo que passa a ser considerada uma liberdade intersubjetiva (HONNETH, 2015).

3.2 DAS “IDEIAS FORA DO LUGAR”

Impossível falar de volubilidade ou de reconhecimento recíproco em Roberto Schwarz sem conversar com o que talvez seja o tema de uma das maiores polêmicas que circunda a produção intelectual de nosso autor — o ensaio “As ideias fora do lugar”. Ainda que o texto seja aclamado por vários, não é difícil encontrar alguém pronto para questionar o argumento de Schwarz. Uma das razões para isso, segundo Bernardo Ricupero, é que, com frequência, o problema do ensaio acaba sendo tomado como sua tese (RICUPERO, 2013).

O Brasil conquista sua independência política em 1822, inspirando-se em grande medida nas ideias modernas que ganhavam força na França, Inglaterra e Estados Unidos. Entretanto, como bem sabem aqueles que conhecem a história do país, foram precisos quase setenta anos para a escravidão ser finalmente abolida. Se o trabalho livre é um dos princípios da economia política moderna, como seria possível justificar a presença de um modo de pensar liberal em um contexto escravocrata? É essa estranha combinação que Roberto Schwarz caracteriza enquanto uma “comédia ideológica, *diferente da europeia*” (SCHWARZ, 2012a, p. 12). O autor aponta que por mais que os famosos lemas liberais como “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” fossem ideológicos mesmo na Europa — escamoteando problemas como a exploração do trabalho assalariado — no caso brasileiro seria possível pensar na noção de ideologia em segundo grau, uma vez que “as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria” (SCHWARZ, 2012a, p. 18). Para dar conta dessa questão, Roberto Schwarz recorre aos escritos de dois sociólogos que já mencionamos anteriormente: Fernando Henrique Cardoso, com seu *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, e Maria Sylvia de Carvalho Franco, com *Homens livres na ordem escravocrata*. Curiosamente, Franco foi justamente uma das pessoas que mais apresentou ressalvas em relação ao ensaio de Schwarz. Sem mencionar diretamente nosso autor, na entrevista “As ideias estão no lugar” a socióloga critica uma visão dualista que colocaria metrópole e periferia em polos opostos que teriam modos de produção essencialmente distintos (FRANCO, 1976). Para ela “o ideário burguês em um dos seus pilares — a igualdade formal — não ‘entra’ no Brasil, seja lá

como for, mas *aparece* no processo de constituição das relações de mercado, às quais é inerente” (FRANCO, 1976, p. 63). Nesse sentido seria inconcebível pensar em ideias fora do lugar, visto que essas ideias liberais ocupariam uma função na sociedade brasileira oitocentista. Schwarz, no entanto, entende que essa foi uma interpretação equivocada de seu ensaio, já que ali ele justamente se debruça sobre as funções dessas ideias deslocadas. Em uma entrevista recente em que o crítico revisita *Ao vencedor as batatas*, 30 anos após sua publicação, ele responde a Franco: “As ideias produzem efeito de deslocamento, sem prejuízo de terem função. Esses não são aspectos incompatíveis. Elas têm função e dão a impressão de estarem fora do lugar — ao mesmo tempo” (SCHWARZ, 2019, p. 237).

Voltando ao comentário de Bernardo Ricupero que mencionamos no início da seção, de que os críticos de Schwarz tomavam seu ponto de partida enquanto tese, é importante mencionar que nosso autor não foi o primeiro a tematizar o caráter falso do pensamento liberal no Brasil oitocentista. Na realidade, em um ensaio escrito em 2009 chamado “Por que ‘ideias fora do lugar?’”, Schwarz deixa explícito que essa suposta falsidade foi um dos grandes pilares do pensamento político conservador no país (SCHWARZ, 2012c)⁸. E, justamente por isso, seu texto não tinha a intenção de apontar uma falsidade do liberalismo no Brasil. Colocando nas palavras do autor, “não teria sentido que um crítico literário de esquerda, no começo dos anos 1970, amigo das vanguardas e contrário a mitologias nacionalistas, viesse repetir um dos piores lugares-comuns do nacionalismo conservador” (SCHWARZ, 2012c, 166-167). A intenção do autor era, sim, a de buscar compreender por que as ideias liberais inseridas em um contexto brasileiro causavam uma sensação de estranheza, admitindo que aqui elas tomavam uma nova forma: “Digamos então que as ideias modernas entre nós estavam numa constelação *sui generis*, que era tanto uma feição própria como uma característica do presente mundial, de cuja ordem assimétrica decorria mais ou menos diretamente *e a qual expressava*” (SCHWARZ, 2012c, p. 169). Além disso, Schwarz não foi o primeiro a tematizar essa sensação de impropriedade das ideias, é só lembrar as linhas com que Sérgio Buarque de Holanda abre seu clássico *Raízes do*

8 O caráter postiço da cultura nacional é explorado também em outro ensaio de Schwarz: “Nacional por subtração”. No entanto, o contexto ali é um pouco diferente, pois se trata de questionar a existência de uma cultura nacional absolutamente pura ou autêntica. Ao mesmo tempo, Schwarz indica que se a imitação causa desconforto, esse desconforto não foi produzido pela imitação: “Ela foi o resultado duradouro da criação do Estado nacional sobre base de trabalho escravo, a qual por sua vez, com perdão da brevidade, decorria da Revolução Industrial inglesa e da consequente crise do antigo sistema colonial, quer dizer, *decorria da história contemporânea*” (SCHWARZ, 1997b, p. 45).

Brasil (publicado pela primeira vez em 1936, mas cuja versão mais recente é de 1955) — em uma passagem citada inclusive em *As ideias fora do lugar* —:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (BUARQUE DE HOLANDA, 2016, p. 35).

Buarque de Holanda podia não compartilhar das mesmas influências marxistas que Roberto Schwarz, mas nem por isso deixava de ser alguém de um campo político mais progressista, visto que desejava ver o Brasil superando a ordem colonial “com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar” (BUARQUE DE HOLANDA, 2016, p. 215).

Compartilhando do ponto de vista de Ricupero — que é defendido inclusive por Schwarz, como vimos acima —, percebemos que o sentido das “Ideias fora do lugar” é procurar entender de onde vem esse sentimento de estranheza provocado pela combinação do pensamento liberal com a ordem escravocrata brasileira. E é nesse sentido que o autor irá apresentar os conceitos caros para nós: volubilidade, favor e reconhecimento recíproco. Trabalhando os três de maneira conjunta, Roberto Schwarz procura dar algum sentido à vida ideológica brasileira no período entre a independência e a abolição da escravidão — o mesmo período em que Machado de Assis escreveu seus principais romances. Cabe a nós, então, a tarefa de destrinchar essas noções uma a uma — ainda que Schwarz não as trate de forma tão separada assim — para finalmente pensar em uma possível implicação de sua articulação.

3.2.1 O arbítrio e a volubilidade das elites

A tese da volubilidade enquanto princípio formal de *As memórias póstumas de Brás Cubas* é definitivamente uma das maiores contribuições de Roberto Schwarz aos estudos machadianos. Ao dedicar sua análise à composição dos romances de Machado, o crítico procura sustentar a ideia de que, por mais ilógicos que possam parecer os vaivéns das *Memórias póstumas*, “há método nas manhas narrativas do romancista” (SCHWARZ, 1997c, p. 115). Além disso, aqui Schwarz mostra estar se alinhando com aquelas perspectivas a respeito dos

estudos da literatura que trouxemos no capítulo anterior — é por meio da análise da forma literária que o crítico encontra as conexões entre arte e vida:

a fórmula narrativa de Machado consiste em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurando um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira. O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita. (SCHWARZ, 2012b, p. 11).

Nesse sentido, a forma das *Memórias* seria definida em termos similares àqueles da dominação de classe no Brasil, tanto o oitocentista quanto o contemporâneo à escrita de *Um mestre na periferia do capitalismo* (SCHWARZ, 2012b).

O que, então, seria exatamente essa volubilidade? No romance de Machado, a volubilidade seria a forma assumida pela narração do romance e que acompanharia o livro do início ao fim, tanto nas intervenções do narrador — que muda constantemente de opinião e de ponto de vista — quanto na estrutura dos capítulos — que transitam sem maiores cerimônias entre estilos, técnicas e gêneros literários. No que diz respeito à sociedade brasileira, a volubilidade remete justamente ao comportamento das elites nacionais diante da combinação estranha entre liberalismo e escravidão que é debatida nas “Ideias fora do lugar”. Modesto Carone, comentando a interpretação de Schwarz, afirma que um dos méritos do trabalho do crítico é o de identificar duas camadas na narração do romance: uma primeira e mais aparente que é onde encontramos Brás Cubas com seu narcisismo e suas viravoltas; acontece que, em um nível mais profundo “puxando os cordéis nos bastidores, está o artista cuja malícia o inventou” (CARONE, 2007, p. 114). O ponto alto da análise do processo social que é realizada Roberto Schwarz, então, aparece justamente quando o crítico desvenda esses dois níveis. Nesse sentido a volubilidade perde seu caráter puramente aleatório e vemos que de fato existe método na narrativa.

No caso de Brás Cubas, que, excluída a condição de “defunto autor” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 33), é um membro típico da elite carioca, sua volubilidade é explicitada em diversos momentos, quando por exemplo “exibe o figurino do *gentleman* moderno, para desmerecê-lo em seguida, e voltar a adotá-lo, configurando uma inconsequência que o curso do romance vai normalizar” (SCHWARZ, 2012b, p. 19). Embora sejam diversos os momentos em que Brás Cubas demonstra esse tipo de comportamento, existe uma passagem específica no início do livro que Roberto Schwarz discute com maior profundidade no ensaio “Complexo,

moderno, nacional e negativo”. Vale trazê-la do mesmo modo que fez Schwarz para recordar o leitor:

Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma ideia no trapézio que eu tinha no cérebro. Uma vez pendurada, entrou a bracejar, a pernear, a fazer as mais arrojadas cabriolas de volatim, que é impossível crer. Eu deixei-me estar a contemplá-la. Súbito, deu um grande salto, estendeu os braços e as pernas, até tomar a forma de um X: decifra-me ou devoro-te.

Essa ideia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplastro anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influenciou principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: *Emplastro Brás Cubas*. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis. Assim, a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: — amor da glória. (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 36–37).

Para Carone, essa passagem é crucial no contexto da obra de Schwarz: é por meio de uma análise minuciosa do trecho que o crítico consegue alcançar tanto a “integridade artística” quanto o “lastro sócio-histórico” (CARONE, 2007, p. 111) do romance de Machado. Em “Complexo, moderno, nacional e negativo”, Roberto Schwarz procura demonstrar que o trecho acima se situa fora daquilo que o leitor de um romance europeu esperaria (SCHWARZ, 1997c). Ao salientar que seria comum encontrar personagens escondendo a busca pelo lucro com uma generosidade de fachada, o crítico enfatiza que não é isso que Brás Cubas está fazendo. O caso fica ainda mais curioso quando o narrador compara sua ideia com as faces de uma moeda e, ao contrário de nossas expectativas, diz que lucro e filantropia ocupariam o mesmo lado — justamente aquele voltado ao público: “Em suma, a Brás Cubas o cálculo egoísta aparece como algo de socialmente estimável, que se deve até apregoar, muito diverso do motor oculto e sombrio da vida moderna, a que nos habituou o romance realista europeu” (SCHWARZ, 1997c, p. 118). A real intenção de Brás com seu emplastro seria a busca por reconhecimento pessoal, enquanto que cristianismo e egoísmo econômico não passariam de “frivolidades para ostentar” (SCHWARZ, 1997c, p. 118).

A constante busca do personagem pela realização de seus caprichos acompanha o livro do início ao fim, de modo que, para Schwarz, acaba representando mais do que a mera futilidade de um personagem. É nesse momento que o crítico nos apresenta uma pergunta importante: devemos entender os caprichos de Brás enquanto uma “inversão satírica da realidade” ou como “ruptura com as convenções do romance realista” (SCHWARZ, 1997c, p. 118)? Para nosso autor, a resposta seria: um pouco das duas. Ainda que os caprichos de Brás Cubas desrespeitem com frequência a verossimilhança na qual se baseia o romance realista europeu, as *Memórias póstumas de Brás Cubas* não deixam de ser um livro de tom realista. E, colocando nas palavras de Schwarz, isso se dá porque “a comédia de motivos encenada na passagem que citamos apresenta muita semelhança com o clima ideológico do país” (SCHWARZ, 1997c, p. 118). Desse modo, a volubilidade não se limita ao plano psicológico do narrador. Para o crítico ela está presente na lógica e no raciocínio do narrador — que, como pode ser percebido no trecho destacado por Schwarz e reproduzido por nós, muda completamente de postura e de atitude três vezes em poucas linhas —, na própria sintaxe do romance — cujas construções complexas seriam, para Schwarz, “uma expressão cômica do arbítrio” (SCHWARZ, 1997c, p. 120) —, e finalmente, na própria condição de defunto do narrador da história, que vai constantemente desrespeitar o realismo e a verossimilhança do romance.

Partindo do mecanismo da volubilidade, Roberto Schwarz diz que toda a trajetória da vida de Brás Cubas, que em larga medida está totalmente integrada ao quadro de valores da modernidade, perde seu sentido maior e passa a operar enquanto a mera realização de caprichos: “Trazidas ao campo da volubilidade, as finalidades-mestras da vida burguesa reduzem-se a recurso de satisfação imaginária imediata, uma satisfação em que o escárnio tem parte, e a que a presunção de grandeza e objetividade daquelas finalidades acrescenta o sabor” (SCHWARZ, 1997c, p. 122). Desse modo, graduar-se em direito em Coimbra, almejar uma candidatura a deputado, interessar-se por filosofia, ciência ou poesia e até mesmo a busca pelo amor estariam subordinados às vontades passageiras de um herói auto interessado (SCHWARZ, 1997c).

Ainda que a volubilidade ganhe especial destaque nas *Memórias póstumas*, Roberto Schwarz já havia localizado esse componente arbitrário do comportamento das elites em outro livro de Machado de Assis, escrito poucos anos antes: *Iaiá Garcia*. Logo no início desse romance, a personagem Valéria, viúva de um honrado desembargador, demonstra querer que seu filho, Jorge, se aliste para lutar na guerra do Paraguai. Motivações patrióticas podem até aparecer em um primeiro momento, mas, como Schwarz ressalta, rapidamente o patriotismo cai por terra e descobrimos que o desejo de Valéria de ver seu filho lutando na guerra é apenas uma estratégia para afastar Jorge de Estela — uma jovem agregada da casa e interesse romântico do

rapaz. Valéria estimava Estela, de modo que o problema da união entre os dois jovens se relacionava mais com a posição social da moça do que a uma falta de caráter ou qualquer coisa do tipo — a matriarca inclusive arranja o casamento entre Estela e o funcionário público Luís Garcia, oferecendo pagar o dote tanto dela quanto o de Iaiá Garcia, filha do funcionário. Desse modo, vemos que o desejo aparentemente patriótico de ver seu filho lutando na guerra escamoteia sua real intenção de impedir a entrada de uma moça pobre na sua família; e, assim como Brás Cubas, as opiniões e atitudes de Valéria perante aqueles a seu redor são marcadas pelo arbítrio:

Ponto de passada obrigatório e nevrálgico nesta troca diferida é o arbítrio da gente de posses, cuja benevolência não é nunca inconcebível, e em cujo poder está até mesmo a anulação da diferença entre as partes, pela cooptação — sem esquecer o outro polo do arbitrário, que é a prepotência — de modo que à parte dependente é sempre permitido alimentar fantasias, de que a parte dominante abusa conforme lhe convenha (SCHWARZ, 2012a, p. 170–171).

A partir desse breve resgate da discussão presente em *Ao vencedor as batatas*, podemos perceber uma outra instância onde a volubilidade e o arbítrio deixam sua marca: nas relações estabelecidas entre membros da elite e seus agregados pobres. Se pretendemos tratar o modo como Roberto Schwarz aborda o reconhecimento recíproco em suas obras, as relações entre esses dois grupos — estabelecidas sobretudo por meio do favor — são uma parada obrigatória. Assim, iremos novamente voltar nosso olhar para o ensaio “As ideias fora do lugar”, mas dessa vez dando uma especial atenção ao mecanismo do favor.

3.2.2 Favor e reconhecimento em Roberto Schwarz

Durante o período de ocupação portuguesa no território brasileiro, a escravidão foi a relação produtiva fundamental. Como também já sabemos, a cana de açúcar e posteriormente o café foram cultivados em larga escala não para o comércio local, e sim para serem exportados e suprirem as demandas do mercantilismo português. É nesse sentido que Maria Sylvia de Carvalho Franco aponta que a economia colonial em nosso país deveria ser pensada enquanto uma “*unidade contraditória*” (FRANCO, 1997, p. 11), pois, ao mesmo tempo que as grandes fazendas priorizavam o cultivo voltado para a exportação, havia uma demanda interna relacionada à subsistência da própria colônia. Além disso, outra característica importante do Brasil da época foi a importação (ou melhor, o sequestro) da mão de obra, motivada não pela falta de uma população interna que pudesse realizar esse trabalho. Assim — e isso é um dado

importante para compreender o argumento de Roberto Schwarz em “As ideias fora do lugar” —, para além de senhores e escravos, havia no país um terceiro grupo social: uma massa de pessoas livres que, por não estarem integradas à lógica da produção mercantil, ficavam à deriva. Não conheciam o trabalho forçado e nem se proletarizavam, podendo ser consideradas uma “ralé” (FRANCO, 1997, p. 14) dispensável que não fazia parte da produção destinada à exportação, onde se ancorava a economia nacional (FRANCO, 1997). Apesar de sua aparente liberdade, essa população na realidade se encontrava submetida aos interesses dos mais ricos, como é explicitado tanto por Franco quanto por Schwarz:

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. (...) Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (SCHWARZ, 2012a, p. 16).

Retomando a sensação de descompasso causada pelo encontro entre escravidão e pensamento liberal que é discutida em “As ideias fora do lugar”, Schwarz constrói sua solução ao problema justamente por meio desse terceiro grupo social e suas relações com as elites. Embora a relação produtiva fundamental que operava no Brasil oitocentista fosse a escravidão, o crítico propõe que a chave para compreender a vida ideológica no país estava em outro lugar: nas relações de favor, “*nossa mediação quase universal*” (SCHWARZ, 2012a, p. 16).

Sendo, evidentemente, uma prática mais “simpática” (SCHWARZ, 2012a, p. 16) que a escravidão, o favor acabava atuando como disfarce da profunda violência que marcava a sociedade brasileira do período. Por outro lado — devido a seu componente fluido e arbitrário⁹ — o favor se tornava igualmente incompatível com a racionalidade burguesa. Enquanto na Europa o pensamento liberal — com seus valores universalistas e racionais — surgia em um contexto de superação do feudalismo, no caso brasileiro a situação era outra: o colonialismo e a escravidão não eram estágios anteriores ao desenvolvimento capitalista, sendo na realidade um próprio feito do capital comercial (SCHWARZ, 2012a). É aqui que Schwarz começa a desenvolver o que talvez seja uma das ideias mais interessantes do ensaio: enquanto as classes dominantes e as instituições adotavam ideias e formas europeias, na prática o que se encontrava

⁹ Aqui nos referimos à tal da volubilidade, componente formal das *Memórias póstumas* que, como vimos, se relaciona profundamente com as particularidades do Brasil oitocentista.

eram escravidão, personalismo e clientelismo; a grande “sacada” do crítico, então, é perceber que em vez de tomarem a forma de um confronto, essas relações antagônicas apareceriam enquanto uma “coexistência estabilizada”, onde ideias europeias passavam a servir enquanto justificativa “objetiva” ao componente arbitrário do favor (SCHWARZ, 2012a, p. 18).

Muitas das reflexões de Roberto Schwarz a respeito do favor podem ter sua origem remontada à pesquisa de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre a população livre e pobre na sociedade escravocrata brasileira — ainda que a socióloga posteriormente tenha defendido uma posição contrária à de Schwarz, como já expusemos mais acima. O olhar de Franco estava voltado para as regiões interioranas entre São Paulo e Rio de Janeiro durante o chamado ciclo do café, um cenário um tanto ou quanto diferente do universo carioca urbano que aparece nos livros de Machado; isso, entretanto, de modo algum impossibilitou o estabelecimento de algumas conexões entre os dois universos — explicitadas sobretudo no caso do favor. O que é especialmente relevante para nós é a maneira como Franco demonstra que, por trás de uma aparente igualdade e cumplicidade, os momentos de prestação e contraprestação que compõem o favor escondem uma forte relação de *dominação pessoal* (FRANCO, 1997).

O compadrio talvez seja um dos grandes exemplos dessa dinâmica, pois ao mesmo tempo que, por meio de um “parentesco divino”, estabelece relações de reconhecimento recíproco onde as duas partes se entendem mutuamente como pessoas, não deixa de ser uma prática que reforça as hierarquias sociais e a dominação de classe, já que “o compadrio se apresenta como um patrocínio do superior e uma decorrente submissão do inferior” (FRANCO, 1997, p. 85). Esse é um ponto chave para nossa investigação, já que significa uma certa inversão daquele reconhecimento que é proposto por Axel Honneth. Se, no caso do filósofo alemão, a busca pelo reconhecimento recíproco pode ser lida como um processo emancipatório em busca da superação do desrespeito, com Roberto Schwarz e com Maria Sylvia de Carvalho Franco encontramos uma forma de reconhecimento que acaba sendo em si mesma um mecanismo de dominação. Essa feição especificamente brasileira do reconhecimento é discutida com maior profundidade em um artigo recente de Luiz Gustavo da Cunha de Souza:

O esquema do reconhecimento recíproco entre ambas as partes, então, se estrutura como um modo desigual de reciprocidade: a contraprestação se expressa como identificação com os *interesses* dos mais poderosos, ao que se paga com o dever de proteção do beneficiário. Esse é um compromisso de ‘favores recíprocos’ para os quais o tratamento ‘igualitário’ não é propriamente igualitário. (SOUZA, 2021, p. 149).

Como já vimos, Roberto Schwarz entendia que a chave para compreender a sensação de descompasso causada pela vida ideológica do país não se ancorava na escravidão e sim no favor. É justamente nesse sentido que Schwarz recorre à ideia de reconhecimento recíproco, mas vamos elaborar essa noção com calma. Ainda de acordo com Souza, na obra do crítico literário “a relação possível entre ambos os polos, o da ciência (ou das normas) e o das práticas (as relações de produção), é escrutinada tendo como mediador a vida ideológica do país” (SOUZA, 2019, p. 153), e existe uma passagem específica de “As ideias fora do lugar” que torna essa relação bastante explícita:

No momento da prestação e da contraprestação — particularmente no instante-chave do *reconhecimento recíproco* — a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma (SCHWARZ, 2012a, p. 20, grifo nosso).

Ou seja: retomando a noção de coexistência estabilizada, que consiste em uma legitimação aparentemente racional do arbítrio (SCHWARZ, 2012a), vemos — com apoio nos comentários de Souza —, que se o favor pode ser entendido enquanto o mediador da relação entre arbítrio e liberalismo, podemos também identificar nas relações de reconhecimento recíproco a força legitimadora desse mecanismo (SOUZA, 2019). Nesse momento passa a ser possível perceber que de fato as reflexões de Roberto Schwarz não podem ser resumidas no simples apontamento de um caráter falso das ideias liberais no Brasil. Pelo contrário, se na sociedade brasileira oitocentista atribuía-se “independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc.” (SCHWARZ, 2012a, p. 19) isso se deve ao fato de que por meio de relações de reconhecimento recíproco — ainda que este apareça em um sentido diverso daquele de Honneth, mascarando uma significativa relação de dominação — ambas as partes envolvidas se viam engrandecidas, de modo a desfazer as possíveis contradições entre ideias burguesas e sociedade escravocrata e garantindo que nenhum dos lados denunciaria o outro.

3.3 A FLOR DA MOITA

Como deve se recordar o leitor, no décimo segundo capítulo das *Memórias póstumas* — “Um episódio de 1814” —, durante um jantar em comemoração à queda de Napoleão, o pequeno Brás flagra Dona Eusébia, uma agregada pobre da família, trocando beijos com o Dr. Vilaça — um homem rico, estudado, casado e pai — atrás de um arbusto. O acontecido, ainda que aparentemente desimportante, se torna bastante significativo no desenrolar do romance — assim como no presente trabalho.

Eugênia ocupa um papel quase que tangencial no livro de Machado; dos cento e sessenta capítulos das *Memórias póstumas*, a jovem é mencionada em apenas nove deles. A curta aparição, entretanto, de modo algum retira a importância da personagem — não é à toa que Eugênia foi quem mais recebeu a atenção de Roberto Schwarz no capítulo seis de *Um mestre na periferia do capitalismo*, “A sorte dos pobres”. Filha de D. Eusébia, sua primeira aparição é durante uma visita de Brás à casa da senhora. Não demora muito até que Brás Cubas faça a associação entre a moça, que tinha então dezesseis anos, com o incidente de 1814, e é assim que surge o apelido — chamado por Schwarz de “trocadilho grosseiro” (SCHWARZ, 2012b, p. 85) — “flor da moita”. Na Tijuca, Eugênia e Brás vivem uma curta possibilidade de romance. Ainda que estivesse em vias de negociação de um casório com Virgília, Brás não deixa de demonstrar sentir um genuíno interesse por Eugênia — que será rapidamente reprimido pelo narrador, por motivos que logo iremos abordar.

Nosso interesse por Eugênia se deve, principalmente, ao caráter das discussões mobilizadas por Schwarz ao analisá-la. No subcapítulo dedicado à moça, o crítico articula diversas das ideias que trouxemos no trabalho até então: o liberalismo no Brasil oitocentista; a posição ocupada pela população livre e pobre, e, conseqüentemente, o favor; o reconhecimento recíproco; e, ao redor dessa multiplicidade de temas, o arbítrio, a volubilidade e o capricho, que vão possibilitar nossa tentativa de esboçar uma feição brasileira do reconhecimento recíproco.

Eugênia, apesar da disparidade social, é alguém que mantém sempre sua postura digna frente a Brás Cubas. No momento do primeiro encontro entre os dois ela vestia brincos, broche e pulseira, objetos que serão removidos na ocasião do jantar seguinte. Embora singelo, na leitura do crítico o movimento pode ser interpretado de duas maneiras:

Ao marcar as diferenças materiais, Eugênia corta as fantasias de paridade social e mostra conhecer seu lugar; entretanto, é claro que o gesto tem mais outro sentido, pois prescindir da quinquilharia externa é também lembrar a

igualdade essencial entre os indivíduos e proibir ao moço tratá-la como inferior (SCHWARZ, 2012b, p. 86).

A questão da igualdade abordada na passagem é bastante relevante para nós. Como se sabe, embora Brás Cubas admita poder “vir a amar deveras, e desposá-la” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 130), de modo a tornar Eugênia uma senhora da alta sociedade carioca, o futuro que aguardava a moça seria precisamente o oposto: Brás rejeita Eugênia e, em sua última aparição já nos capítulos finais do romance, a encontramos pedindo esmolas em um cortiço¹⁰. Nesse sentido, a personagem é uma representante perfeita daquela população livre e pobre que já discutimos anteriormente; como o crítico vai procurar mostrar, tendo sido criada próxima de setores da elite, o desenrolar de sua história depende quase que inteiramente da simpatia de um membro da classe dominante. A partir daí, Roberto Schwarz chega a uma constatação importantíssima: “Faltando fundamento prático à autonomia do indivíduo sem meios — em consequência da escravidão o mercado de trabalho é incipiente —, o valor da pessoa depende do reconhecimento arbitrário (e humilhante, em caso de vaivém) de algum proprietário” (SCHWARZ, 2012b, p. 87). Nesse momento, nosso autor adiciona a sua concepção de reconhecimento um outro fator muitíssimo importante: a volubilidade.

Um dos traços mais distintos de Eugênia é o fato de ser coxa, que a princípio é o motivo que leva Brás Cubas a rejeitar o casamento. A condição da perna da personagem, após ser percebida por Brás, se torna quase que uma obsessão que será retomada inúmeras vezes nos curtos capítulos que mencionam a moça. É só lembrar da conhecida passagem: “Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita?” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 126). Existe, entretanto, uma questão: antes mesmo de reparar na perna manca, Brás já havia se lembrado do episódio da moita. Desse modo, Roberto Schwarz procura demonstrar que o protagonista se utiliza do atributo físico de Eugênia para mascarar o fato de sua rejeição se basear principalmente em critérios sociais (SCHWARZ, 2012b). Esse caso condensa, de forma implícita, uma série de questões que vamos buscar explorar.

A recusa de Brás à Eugênia não é motivada por uma falta de afeto: “Queria-lhe, é verdade; ao pé dessa criatura tão singela, filha espúria e coxa, feita de amor e desprezo, ao pé dela sentia-

10 Sua postura e autorrespeito, no entanto, a acompanham: “Esta, ao reconhecer-me, ficou pálida, e baixou os olhos; mas foi obra de um instante. Ergueu logo a cabeça, e fitou-me com muita dignidade. Compreendi que não receberia esmolas da minha algibeira, e estendi-lhe a mão, como faria à esposa de um capitalista. Cortejou-me e fechou-se no cubículo” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 353).

me bem, e ela, creio que ainda se sentia melhor ao pé de mim” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 126). Apesar de tantos comentários maldosos, é por Eugênia que Brás Cubas mais demonstra experienciar genuínos sentimentos de amor. O fato, contudo, é que em momento algum ele consegue deixar o episódio da moita de lado — ao trocarem seu primeiro beijo, mesmo depois de ter reparado na perna manca da moça, é o acontecido de 1814 que ocupa os pensamentos do protagonista: “Tu, trêmula de comoção, com os braços nos meus ombros, a contemplar em mim o teu bem vindo esposo, e eu com os olhos em 1814, na moita, no Vilaça, e a suspeitar que não podias mentir ao teu sangue, a tua origem” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 127). Ao mesmo tempo que o narrador carrega seu texto de comentários referentes à perna — “O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa!” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 126) — percebemos que, nos momentos em que suas intenções mais sinceras transparecem, a origem do conflito é o fato da moça ser “malnascida”. Ora, o caso que se desenha, então, é constituído do mais puro arbítrio, que toma duas feições diferentes. Em primeiro lugar, o fato de ser coxa de modo algum a impediria de ser uma boa esposa (SCHWARZ, 2012b): é uma justificativa absolutamente banal que dificilmente pode ser resumida em outra coisa se não capricho puro. Já a outra, mais escondida, que diz respeito a diferença social, de maneira alguma perde seu caráter caprichoso — e, na realidade, apenas escancara a tal da volubilidade desse narrador personagem que acompanhamos. Brás Cubas havia recém retornado de Coimbra, onde cursou direito e viveu seus anos de “romantismo prático e liberalismo teórico” (MACHADO DE ASSIS, 2016, p. 95). De fato, o episódio com Eugênia atesta o caráter puramente teórico de seu liberalismo, o que na verdade consoa perfeitamente com aquela nossa conhecida discussão a respeito das ideias fora do lugar, visto que, a despeito da igualdade entre os homens ser um dos fundamentos do pensamento liberal, Brás não consegue ver Eugênia como alguém equiparável a ele. Perfeitamente integrada ao clima da volubilidade, o comentário de Roberto Schwarz a respeito da situação é fundamental:

Aprecia a dignidade da menina, superior ao nascimento irregular e à situação precária, e corre o risco de ‘amar de veras’, quer dizer, de igual para igual, e casa. Ao mesmo tempo sente cócegas de fazer um filho natural à rapariga malnascida. Na primeira hipótese, o amor o levaria a superar as prevenções de família e classe, e a reconhecer o direito igual das pessoas (ao menos das pessoas livres). Na segunda, cujo clima aberto é determinado pelo prévio reconhecimento da dignidade da moça, trata-se de desrespeitar esta igualdade e gozar as vantagens da própria riqueza e posição, complementares, naturalmente, da pobreza e falta de situação de Eugênia (SCHWARZ, 2012b, p. 86).

Agora deve ficar mais claro ao leitor o vínculo entre a possibilidade — ou não — do reconhecimento recíproco e a volubilidade das elites nacionais. Como vimos anteriormente, o reconhecimento na obra tanto de Roberto Schwarz quanto de Maria Sylvia de Carvalho Franco acaba funcionando em si mesmo como um mecanismo de dominação de classe. Ao mesmo tempo, sendo a benevolência eventual das elites a única alternativa possível para essa população pobre que não podia se proletarizar, apesar da violência implicada o reconhecimento e o favor eram também algo a se almejar. O que podemos inferir a partir do infeliz desenrolar da trajetória de Eugênia, no entanto, é que mesmo esse reconhecimento recíproco que não é tão recíproco assim depende dos caprichos volúveis das elites nacionais:

O leque dos destinos disponíveis, de amplitude vertiginosa e catastrófica para a parte pobre, é, para a parte proprietária, o campo das opções oferecidas ao exercício do capricho. (...) Reciprocamente, a exposição à procura desordenada de supremacias imaginárias e a seu poder efetivo dá a dimensão exata da desproteção dos pobres (SCHWARZ, 2012b, p. 88–89).

Desse modo, a partir do entrecruzamento com a volubilidade, o reconhecimento recíproco ganha uma outra face que o distancia ainda mais daquele reconhecimento descrito por Honneth. Enquanto no caso do filósofo alemão as relações de reconhecimento se erguem sobre bases mais sólidas — a garantia que o bebê tem sobre o amor de sua mãe, a universalidade da justiça, ou então na necessidade de encontrarmos em outros sujeitos nossas metas e objetivos para só então alcançar a liberdade intersubjetiva —, com Eugênia percebemos que o que se desenha é um “reconhecimento arbitrário” (SCHWARZ, 2012b, p. 87), que depende inteiramente das vontades caprichosas da classe dominante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre foi difícil terminar

Sempre é um suplício esse momento

Mas temos que acabar

Não adianta essa demora

Se tudo acaba um dia então porque que não agora

Luiz Tatit

É praticamente impossível quebrar o vínculo entre a literatura e a sociedade — se tivéssemos de escolher apenas um princípio do capítulo inicial de nosso trabalho para guardar na memória e levar adiante, seria este. No universo da teoria literária existem diversas maneiras de se encarar um texto, e é inclusive esperado que nem todas as correntes de pensamento se preocupem tão intensamente com o social¹¹. O fato é que, de maneira ou de outra, sempre será possível encontrar na literatura algo que nos traga de volta à vida das pessoas. Essa foi justamente uma de nossas intenções com o presente trabalho: falar de sociologia ao mesmo tempo em que nos deliciamos com a escrita de Machado de Assis. E, no nosso caso, esse caminho não teria sido possível sem Roberto Schwarz, um autor cuja uma escrita profunda, complexa, *dialética*..., não deixa nunca de ser instigante — em diversos momentos, até bastante divertido.

Mas, afinal, o que levar disso tudo no âmbito de uma formação em ciências sociais? Aqui, a partir da nossa perspectiva, a de quem escreve, os capítulos acima foram por si só uma enorme experiência de aprendizagem: ao colocar palavras no papel (ou no nosso caso, na tela) fichas vão caindo, conexões vão sendo estabelecidas e conseguimos atribuir um novo sentido às leituras e aos fichamentos que precederam a elaboração desta monografia de graduação. Ao mesmo tempo, esse processo abriu espaço para algumas reflexões que, de forma bastante modesta, esperamos que possam contribuir para os debates sobre as relações de reconhecimento no Brasil.

¹¹ A título de curiosidade, em *O pai de família e outros estudos* (1978) podemos encontrar um texto curto — de caráter extremamente satírico — chamado “19 princípios para a crítica literária”, em que Roberto Schwarz expõe alguns de seus incômodos em relação ao universo da crítica literária no Brasil e suas diferentes perspectivas (SCHWARZ, 2008).

Existe uma passagem de Frantz Fanon que em larga medida se relaciona com aquilo que estamos propondo e que vale a pena ser trazida, ainda que o autor não tenha aparecido em outros momentos do presente trabalho:

Enquanto o negro estiver em seu lar, não precisará, exceto por ocasião de lutas internas de menor gravidade, pôr seu ser à prova de outrem. É óbvio que existe o momento de “ser para o outro”, de que fala Hegel, mas *qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada* (FANON, 2020, p. 125, grifo nosso)

Para além da coincidência da menção — indireta — ao reconhecimento recíproco, o intelectual caribenho explicita o modo como teorias construídas em contextos europeus não podem ser simplesmente transpostas para um universo colonial. Foi precisamente isso que se tornou aparente quando buscamos aproximar as noções de reconhecimento de Axel Honneth com as de Roberto Schwarz. Enquanto, em Honneth, ideais e valores modernos — como os de justiça ou de liberdade —, mesmo quando não estão sendo de fato concretizados, permitem que os agentes sociais criem expectativas da *possibilidade* do reconhecimento, o caso é dramaticamente diferente em Roberto Schwarz — principalmente quando levamos em consideração a articulação entre a volubilidade e o reconhecimento.

O caso se torna complexo pois, com Roberto Schwarz, percebemos que no Brasil o reconhecimento recíproco se encontra profundamente emaranhado na própria estrutura de dominação de classe. As relações de reconhecimento recíproco existem *ao mesmo tempo* em que possibilitam um aumento da margem de manobra das classes dominantes. A existência do favor, que só se torna possível porque existe um fundo de reconhecimento que o legitima, garante alguns benefícios à parte favorecida enquanto, simultaneamente, solidifica a sua dependência daquele que lhe favorece. Ainda: com Eugênia fica evidente que, além de limitada, a forma possível de reconhecimento não é sustentada por motivações racionais, como aparece na obra de Honneth. Ser reconhecido — ou não — depende inteiramente dos caprichos volúveis das elites nacionais oitocentistas. Estando à mercê das vontades caprichosas de Brás Cubas, que apesar do afeto que sentia não a julgou digna de casamento, Eugênia não tem outra saída além de pedir esmolas.

Assim, voltamos ao princípio com que começamos e que foi retomado diversas vezes ao longo de todo o trabalho: o imbricamento entre literatura e sociedade. Se Roberto Schwarz abre caminhos que tornam possível refletirmos sobre conceitos sociológicos como favor ou reconhecimento recíproco, isso se deve justamente ao fato de que essas relações já haviam sido

tematizadas por Machado de Assis, ainda que de forma indireta. A estrutura capitalista era orquestrada de tal maneira que passava a ser impossível que as diferentes formas de expressão artística se esquivassem de desconfortos sociais. Na maioria dos casos, a junção entre forma literária estrangeira e matéria local seria em alguma medida conflituosa — como pode ser observado no primeiro capítulo de *Ao vencedor as batatas*, “A importação do romance e suas contradições em Alencar” (SCHWARZ, 2012a) ou a partir do conceito de *world literature* de Franco Moretti (MORETTI, 2000). No caso das *Memórias póstumas*, e isso contribui para a genialidade da obra, esses desconfortos se integram ao romance de maneira bastante consciente e crítica, abrindo espaço para a reflexão sociológica.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.. Posição do narrador no romance contemporâneo. *In*: TIEDEMANN, Rolf (org.). **Notas de literatura I**. Tradução: Jorge de Almeida. 1. Ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003a. p. 55–63.
- ADORNO, Theodor W.. Palestra sobre lírica e sociedade. *In*: TIEDEMANN, Rolf (org.). **Notas de literatura I**. Tradução: Jorge de Almeida. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003b. p. 65–90.
- ADORNO, Theodor W.. O ensaio como forma. *In*: TIEDEMANN, Rolf (org.). **Notas de literatura I**. Tradução: Jorge de Almeida. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003c. p. 15–46.
- ALMEIDA, Jorge de. Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano. *In*: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 44–53.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Response to a Question from the *Novy Mir* Editorial Staff. *In*: EMERSON, Caryl; HOLQUIST, Michael (ed.). **Speech Genres and Other Late Essays**. Tradução: Vern W. McGee. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 1986. p. 1–9.
- BENJAMIN, Walter. O Surrealismo. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 21–35.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 197–221.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. *In*: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987c. p. 120–136.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução: Nilson Moulin. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 8, p. 67–89, 1970.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 9. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000. v. 1
- CARONE, Modesto. Complexo, moderno, nacional e negativo. *In*: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 108–116.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **A história contada**. 1. ed.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. *In*: GIANNOTTI, José Arthur (org.). **Os Pensadores**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. v. XL, p. 205–245.

FANON, Frantz. A experiência vivida do negro. *In*: **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Sebastião Nascimento; Raquel Camargo. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 125–154.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. As ideias estão no lugar. *In*: **Cadernos de debate**. São Paulo: Brasiliense, 1976. v. 1, p. 61–64.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIRARDELLO, Gilka. Um roteiro teórico-literário para pensar o papel da narração oral hoje. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 39, n. 66, p. 3–21, 2014.

HELAYEL, Karim; BRASIL JUNIOR, Antonio. Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 74, p. 97–118, 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. Tradução: Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. Tradução: Saulo Krieger. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, Axel. Three, Not Two, Concepts of Liberty: A Proposal to Enlarge Our Moral Self-Understanding. *In*: ZUCKERT, Rachel; KREINES, James (org.). **Hegel on Philosophy in History**. Tradução: Blake Emerson. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 177–192.

LÓPEZ, Silvia. Olhares periféricos: a teoria estética de Adorno no Brasil. *In*: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (org.). **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 22–32.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019.

MACEDO, José Marcos Mariani de. Posfácio do tradutor. *In*: **A teoria do romance**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019. p. 165–229.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Iaiá Garcia**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2016.

MORETTI, Franco. Conjectures on world literature. **New Left Review**, London, v. 1, p. 54–68, 2000.

MORETTI, Franco. A new intuition: on Roberto Schwarz's critical work. **New Left Review**, London, v. 131, p. 87–97, 2021.

PASINI, Leandro. A forma do ensaio de Roberto Schwarz: Acumulação crítica e o fio solto do modernismo brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 315–333, 2021.

PETRAGLIA, Benito. A astúcia da análise. **Machado de Assis em Linha**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 67–87, 2016.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 107, p. 235–261, 2019a.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Nacional por negação: ensaio e “crítica independente” no último Roberto Schwarz. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 74, p. 233–249, 2019b.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 73, p. 56–69, 2008.

RICUPERO, Bernardo. O Lugar Das Ideias: Roberto Schwarz E Seus Críticos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 525–556, 2013.

RUSHDIE, Salman. **Haroun e o mar de histórias**. Tradução: Isa Mara Lando. 1. ed. São Paulo: Paulicéia, 1991.

SAFATLE, Vladimir. Abaixo de zero: psicanálise, política e o “déficit de negatividade” em Axel Honneth. **Discurso**, São Paulo, v. 1, n. 43, p. 191–228, 2013.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. *In: **Que horas são?*** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a. p. 129–155.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por negação. *In: **Que horas são?*** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b. p. 29–48.

SCHWARZ, Roberto. Complexo, moderno, nacional e negativo. *In: **Que horas são?*** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997c.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. *In: **Sequências brasileiras***. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 86–105.

SCHWARZ, Roberto. 19 princípios para a crítica literária. *In: **O pai de família e outros estudos***. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 112–114.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012a.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012b.

SCHWARZ, Roberto. Por que “ideias fora do lugar”? *In: **Martinha versus Lucrecia***. 1. ed.

São Paulo: Companhia das Letras, 2012c. p. 165–172.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas* 30 anos: crítica da cultura e processo social. [Entrevista concedida a] André Botelho e Lília M. Schwarcz. In: **Seja como for**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019. p. 223–251.

SILVA, Eduardo Soares Neves. Schwarz-Adorno: *Unbekannt verzogen* — endereço desconhecido. Apresentação de uma correspondência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 74, p. 330–344, 2019.

SIMIN, Thiago. **Da crítica ao reconhecimento: A teoria da justiça na teoria crítica**. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

SOBOTTKA, Emil A.; SAAVEDRA, Giovani A. Discursos filosóficos do reconhecimento. **Civitas**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 386–401, 2009.

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, 2000.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 74, p. 147–161, 2019.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Reconhecimento social e seu contrário no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 09, n. 21, p. 132–154, 2021.

WOLFSON, Nathaniel. Alternative protagonism and narrative disruption in Brás Cubas: a reconsideration of Roberto Schwarz's voluble narrator. **Machado de Assis em Linha**, São Paulo, v. 10, n. 21, p. 119–141, 2017.